COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº 449, de 2014

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Mesa Redonda, no Município de Mocajuba, no Estado do Pará, para discutir com representantes de entidades governamentais e da sociedade a respeito do Programa de Bio Combustíveis em municípios do Pará.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Mesa Redonda, no Município de Mocajuba, no Estado do Pará, para discutir questões relativas ao Programa de Bio Combustíveis em municípios do Pará, em especial nos da região do Tocantins, dando continuidade a Audiência Pública realizada na Comissão de Integração Nacional, de Desenvolvimento Regional e da Amazônia, realizada na Câmara dos Deputados.

Requeiro a presença de um representante dos seguintes órgãos e entidades abaixo:

Ministério da Agricultura

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura do Pará

Ministério Público Federal – MPF

Petrobrás

Banco do Brasil

Banco Amazônia – BASA

Representantes dos Agricultores

JUSTIFICAÇÃO

Após recebimento de denúncias, tomamos conhecimento relativo a problemas enfrentados por agricultores dos municípios paraenses de Mocajuba, Baião, Cametá e Moju, dentre outros, que de a esperança por dias melhores para o desenvolvimento a agricultura familiar, saindo da monocultura da pimenta-do-reino, transformou-se em motivos de preocupação, com o comprometimento do Programa de Bio Combustíveis no Estado, com a demissão de funcionários, a desassistência dos projetos implantados e bloqueio de parcelas do Banco da Amazônia.

Até hoje foram implantados somente 23 projetos para a agricultura familiar, e três unidades de referencia, sendo 02 para agricultor familiar com 10 hectares, e 01 para produtor rural com 44 hectares. Há indícios que houve inclusive mudança na concepção do Projeto, que passou a não mais considerar os aspectos da inclusão social rural e a tratar a agricultura familiar dentro da lógica perversa do capital reforçando a exclusão dos agricultores familiares do projeto.

Tendo em vista a relevância do tema para a região Norte do País, e a necessidade de verificar quais medidas que estão sendo tomadas e o cabimento de outras providências para o assunto, conto com o apoio dos membros deste colegiado parlamentar.

Sala das Comissões, de de 2014

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA